

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre o processo interno para abertura de curso de Pós-Graduação em Antropologia pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações detalhadas ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às seguintes questões:

Dado que as populações indígenas demandam mais ações do governo no combate à Covid-19 nas aldeias, a Fundação Nacional do Índio (Funai) abriu um processo interno para ministrar um curso de Pós-Graduação em Antropologia que vai custar R\$ 236 mil ao órgão. Pergunta-se:

1. Qual a justificativa para abertura do curso durante uma crise econômica e sanitária? Solicita-se o planejamento do curso e os custos estimados.
2. Quais os critérios adotados na escolha de Ricardo Lopes Dias e Cláudio Eduardo Badaró para coordenar e ministrar aulas do curso? Solicita-se o envio do currículo de ambos.
3. Quais medidas vêm sendo adotadas para combate à covid-19 nas aldeias?

JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Globo (19/08/2020)¹ noticiou que a Fundação Nacional do Índio

¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/em-meio-crise-de-indios-isolados-no-acre-funai-vai-pagar-236-mil-por-curso-de-missionario-ruralista-24593976?GLBID=10680d8743c26df4f3567e6b99f6e40c53074593766675034436a35446e4e77526f7072683461773971434f432d584b396a5262383675586f52352d556a3353532d6f464c4762484f6a577357474e6e66315f527045556c68704d5961424b577a764431384f513d3d3a303a6d617263656c6f5f63616c65726f5f32303134>

(Funai) abriu processo interno para ministrar um curso de Pós-Graduação em Antropologia que vai custar cerca de R\$ 236 mil ao órgão. De acordo com especialistas, a quantia pecuniária seria o suficiente para construir uma nova base de proteção aos indígenas isolados do Acre.

Ademais, a Fundação indicou o missionário Ricardo Lopes Dias para coordenar o curso e ministrar aulas. Cabe lembrar que o Ministério Público Federal (MPF) questionou a nomeação dele para a chefia de índios isolados e de recente contato. Segundo o MPF, Ricardo não possui carreira como servidor público e também é ligado à Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), movimento missionário que atua nas aldeias, que poderia criar conflito de interesses com o cargo que ocupa.

No que tange a Cláudio Eduardo Badaró, o MPF pediu a anulação de sua nomeação para o setor de Acompanhamento de Estudos e Pesquisa justamente por ele não possuir formação superior (graduação ou pós-graduação) na área de Antropologia ou Ciências Sociais. Ainda segundo O Globo, Cláudio Badaró já atuou em processos que buscavam demarcar terras indígenas em Mato Grosso.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informação para a obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**